

## Companhia de Locação das Américas

(Companhia Aberta de Capital Autorizado)  
CNPJ/MF Nº 10.215.988/0001-60

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### 1 Negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015

##### 1.1 Receita operacional

A Receita Bruta atingiu R\$782,8 milhões em 2015, crescimento de 11,6% em relação ao ano anterior em que alcançamos R\$701,4 milhões. Nosso crescimento foi resultado do aumento da receita líquida de locação e vendas de seminovos que cresceram 4,8% e 23,8%, respectivamente. A receita de locação, que representou R\$392 milhões ou 55% das vendas totais da Companhia em 2015, cresceu devido ao aumento nas tarifas (+7,1%) compensado pelo volume de diárias (-2,1%).

Após o final do exercício de 2015, a frota total da Companhia atingiu 31.184 veículos, representando um aumento de 760 unidades em relação a 31 de dezembro de 2014, quando eram 30.424 veículos. Nossa frota preponderantemente está concentrada nas cinco tradicionais montadoras do país.

As vendas de seminovos totalizaram R\$316,3 milhões representando um aumento de 23,8% (ante R\$255,4 milhões em 2014), reflexo, principalmente, do aumento de volumes (+10,1%) e preço médio de venda (+12,5%). Encerramos o exercício de 2015 com 12.729 veículos vendidos ante 11.565 veículos vendidos em 2014. O mix de vendas de unidades em 2015 ficou em 67% no atacado e 33% no varejo, ante 71% e 29% no canal de atacado e varejo, respectivamente, em 2014. O aumento da participação do varejo nas vendas totais colaborou para melhora do preço médio de vendas.

##### 1.2 Custos e Despesas

Os custos de locação totalizaram R\$208,1 milhões em 2015 (ante R\$199,4 milhões em 2014), acréscimo de R\$8,7 milhões (+4,4%) em comparação com o ano anterior, impactado principalmente pelo aumento dos custos de depreciação da frota (17,6%). No entanto, os custos acrescidos das despesas com

depreciação de locação tiveram aumento inferior ao da receita, de modo a melhorar marginalmente a margem bruta da companhia de 46,7% em 2014, para 46,9% em 2015.

Os custos dos veículos vendidos totalizaram R\$309,4 milhões em 2015 (ante R\$257,0 milhões em 2014), aumento de 20,4% na comparação com o ano anterior, reflexo do aumento do volume de seminovos vendidos citado anteriormente (+10,1%). Em 2015 o lucro bruto da operação de vendas de seminovos atingiu R\$7,0 milhões, recorde histórico da Companhia, ante R\$0,8 milhão de resultado bruto negativo em 2014, resultado de uma melhor eficiência operacional e investimento no canal de varejo.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 66,4 milhões em 2015 (ante R\$56,1 milhões em 2014), aumento de 18,4% na comparação com o ano anterior e representando no ano 9,4% da receita líquida consolidada, versus 8,9% em 2014, devido principalmente ao aumento das despesas com vendas.

##### Geração de caixa

O EBITDA (sigla em inglês adotada no mercado para definir o lucro antes das despesas financeiras, imposto de renda e depreciação e amortização) consolidado foi de R\$ 222,8 milhões em 2015, crescimento de 10,9% em relação a 2014 e representando uma margem sobre receita líquida de locação de 56,8%, expansão de 3,1 p.p. em relação a 2014.

##### Investimentos

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, adquirimos um total de 13.068 e 14.177 veículos, respectivamente. O investimento bruto em renovação e expansão da frota totalizou R\$509,9 milhões (ante R\$517,9 milhões em 2014).

##### Endividamento

Em 18 de agosto de 2015, foi efetivada a liquidação financeira da nossa 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$100 milhões. As debêntures têm prazo de vencimento de 4,5 anos, com amortizações semestrais após o término da carência de 18 (dezoito) meses e são remuneradas à taxa de CDI+2,50% a.a. Os recursos líquidos captados têm como destinação o atendimento aos negócios de gestão ordinária, incluindo o refinanciamento de dívidas da Companhia.

##### 2. Política de destinação de lucros e distribuição de dividendos e recompra de ações

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal de 5%, pelo menos 25% serão distribuídos a título de dividendos obrigatórios e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral. A Companhia creditou durante o exercício de 2015 juros sobre o capital próprio intermediários no montante de R\$10,7 milhões líquidos de imposto de renda retido na fonte.

Adicionalmente, foi encerrado em 13 de junho de 2015, o Primeiro Programa de Recompra de Ações da Companhia, no qual foram adquiridas 1.393.300 ações, correspondentes a 2,14% do total de ações emitidas pela Companhia. O custo de aquisição das ações, no âmbito do referido programa, totalizou R\$5,9 milhões.

##### 3 Declaração da diretoria (CVM 480)

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras aqui apresentadas e com o relatório dos auditores independentes emitido sobre elas.

A Administração

Belo Horizonte, 21 de março de 2016

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2015	31/12/2014	Passivo	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	6-a	121.779	167.300	<b>Circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	6-b	156.411	35.306	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	227.604	37.869
Instrumentos financeiros derivativos	17	14.210	3.495	Fornecedores	13	101.280	63.436
Contas a receber de clientes	7	121.724	118.177	Cessão de créditos por fornecedores	14	159.826	78.761
Carros em desativação para renovação da frota	8	78.960	95.809	Salários, encargos e contribuições sociais		3.075	3.358
Impostos a recuperar		19.130	13.278	Obrigações tributárias		1.493	1.845
Despesas Antecipadas		5.321	6.140	Imposto a recolher IRPJ/CSLL		-	586
Ativo mantido para venda		2.373	-	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20	10.711	8.566
Outras contas a receber		10.656	7.825	Outras contas a pagar		22	836
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>530.564</b>	<b>447.330</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>504.011</b>	<b>195.257</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Ativo não circulante mantido para venda		-	2.853	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	698.836	840.472
Depósitos judiciais	16	8.699	7.149	Provisão para contingências	16	2.595	2.467
Contas a receber de clientes	7	6.353	6.861	Impostos fiscais diferidos	9	17.970	18.700
Outras contas a receber - LP		302	20	Outras contas a pagar - LP		-	2.447
		15.354	16.883	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>719.401</b>	<b>864.086</b>
Investimentos	10	-	7.931	<b>Patrimônio líquido</b>	20		
Imobilizado	11	998.756	889.824	Capital social		299.279	299.279
Intangível	12	4.334	5.321	Gastos com emissões de ações		(15.038)	(15.038)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.018.444</b>	<b>919.959</b>	Ações em tesouraria		(5.906)	(5.906)
				Ajustes Avaliação Patrimonial		4.864	-
				Reserva de capital		7.014	6.743
				Reservas de lucros		35.383	22.868
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>325.596</b>	<b>307.946</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>1.223.412</b>	<b>1.059.343</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.549.008</b>	<b>1.367.289</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.549.008</b>	<b>1.367.289</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto resultado do exercício básico por ação)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>Receita operacional</b>	21	708.216	629.222
<b>Custos de locação e venda de veículos</b>	22	(517.503)	(456.274)
<b>Lucro bruto</b>		190.713	172.948
<b>Outras (despesas) receitas operacionais</b>			
Vendas	23	(37.810)	(28.494)
Administrativas e gerais	24	(28.737)	(29.898)
Resultado da equivalência patrimonial	10	-	(3.018)
Outras receitas operacionais	25	144	5.197
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>124.310</b>	<b>116.735</b>
<b>(Despesas) receitas financeiras</b>			
Receitas financeiras	26	28.761	65.719
Despesas financeiras	26	(130.619)	(151.448)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(101.858)</b>	<b>(85.729)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>22.452</b>	<b>31.006</b>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	27	(7.127)	(10.597)
Diferido	27	3.236	4.379
Despesa com Imposto de renda e contribuição social		(3.891)	(6.218)
<b>Resultado do exercício</b>		<b>18.561</b>	<b>24.788</b>
<b>Resultado por ação ordinária e preferencial - básico - R\$</b>	29	0,2915	0,3850
<b>Resultado por ação ordinária e preferencial - diluído - R\$</b>	29	0,2900	0,3832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Resultado do exercício	18.561	24.788
Resultados Abrangentes	-	-
<b>Itens que serão ou talvez sejam reclassificados para o resultado</b>		
Hedge de Fluxo de Caixa	7.370	-
Imposto de renda e contribuição social - Hedge accounting	(2.506)	-
<b>Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>4.864</b>	<b>-</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>23.425</b>	<b>24.788</b>
<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>		
Acionistas controladores	23.425	24.788
Acionistas não controladores	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>23.425</b>	<b>24.788</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Gastos com emissões de ações	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Ações em tesouraria	Opções Outorgadas	Reserva Legal	Reservas de Investimentos			
<b>Saldo em 01 de Janeiro de 2014</b>	<b>299.279</b>	<b>(15.038)</b>	-	1.656	4.505	2.127	11.667	-	<b>304.196</b>
Resultado do exercício								24.788	24.788
Reversão de dividendos 2013								3.853	3.853
Opção de compra de ações								582	582
Transações com os acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido			(5.906)						(5.906)
Juros sobre capital próprio								(13.681)	(13.681)
Destinação									-
Constituição de reserva legal					1.240			(1.240)	
Dividendos mínimos obrigatórios								(5.886)	(5.886)
Constituição de reserva de Retenção de investimento							3.981	(3.981)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>299.279</b>	<b>(15.038)</b>	<b>(5.906)</b>	<b>2.238</b>	<b>4.505</b>	<b>3.367</b>	<b>19.501</b>	<b>-</b>	<b>307.946</b>
<b>Saldo em 01 de Janeiro de 2015</b>	<b>299.279</b>	<b>(15.038)</b>	<b>(5.906)</b>	<b>2.238</b>	<b>4.505</b>	<b>3.367</b>	<b>19.501</b>	<b>-</b>	<b>307.946</b>
Resultado do exercício								18.561	18.561
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios								5.888	5.888
<b>Resultados abrangentes do período</b>								<b>4.864</b>	<b>4.864</b>
Hedge Accounting de fluxo de caixa									
Transações com os acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido									
Juros sobre capital próprio									
Destinação									
Constituição de reserva legal									
Constituição de reserva de Retenção de investimentos									
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>299.279</b>	<b>(15.038)</b>	<b>(5.906)</b>	<b>2.509</b>	<b>4.505</b>	<b>4.295</b>	<b>31.088</b>	<b>4.864</b>	<b>325.596</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado do período	18.561	24.788
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	3.891	6.218
Depreciação e amortização	98.448	84.054
Valor residual dos carros em desativação para renovação de frota baixado	311.212	256.999
Provisão de pagamento baseado em ações	271	582
Encargos financeiros sobre financiamentos	121.040	90.381
Equivalência patrimonial	-	3.018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.524	6.191
Provisão para redução de valor recuperável	(139)	(823)
	567.808	471.408
<b>(Aumento) Redução dos ativos</b>		
Contas a receber de clientes	(17.564)	(21.121)
Impostos recuperar	(12.979)	(2.630)
Impostos fiscais diferidos	2.506	14.359
Despesas antecipadas	820	2.119
Outros ativos	11.128	11.442
Aquisição de veículos líquido do saldo a pagar a fornecedores montadoras, incluindo cessão de créditos por fornecedores	(378.223)	(483.139)
<b>Variações nos ativos</b>	<b>(394.312)</b>	<b>(478.970)</b>
<b>(Redução) Aumento nos passivos</b>		
Impostos parcelados	-	(19.720)
Partes relacionadas	(282)	-
Fornecedores - exceto montadoras de veículos	8.032	(3.884)
Outros passivos	(5.253)	(24.076)
<b>Variações nos passivos</b>	<b>2.497</b>	<b>(47.680)</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>175.993</b>	<b>(55.242)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de outros imobilizados e intangível	(3.682)	(4.256)
Aquisição de títulos e valores imobiliários	(121.105)	33.226
<b>Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimentos</b>	<b>(124.787)</b>	<b>28.970</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais	(110.636)	(80.566)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	114.766	358.575
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(97.857)	(189.600)
Emissão de Ações e Ações em Tesouraria adquiridas	-	(5.906)
Distribuição de Juros sobre o capital próprio	(3.000)	(13.681)
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>(96.727)</b>	<b>68.822</b>
<b>(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(45.521)</b>	<b>42.550</b>
<b>Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do período	167.300	124.750
No fim do período	121.779	167.300
	<b>(45.521)</b>	<b>42.550</b>
<b>Atividades que não afetaram o caixa</b>		
Aquisição de ativos com assunção direta do respectivo passivo ou por meio de arrendamento financeiro	20.788	-
Juros sobre capital próprio apropriado	11.934	-
Derivativos - Hedge	4.864	-
Total de veículos + acessórios adquiridos para ativo imobilizado (nota 11)	509.888	517.859
Variação líquida do saldo a pagar a fornecedores - montadoras de veículos	(110.877)	(34.720)
Aquisição de ativos com assunção direta do respectivo passivo ou arrendamento financeiro	(20.788)	-
Total do caixa pago ou provisionado na aquisição de veículos	378.223	483.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Receitas</b>		
Receita bruta deduzida de descontos	748.964	666.341
Outras receitas	6	4.374
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.524)	(6.191)
<b>Total das receitas</b>	<b>734.446</b>	<b>664.524</b> </

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). • **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** **Alterações e interpretações adotadas pela Companhia** - Não houveram modificações em normas contábeis com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 que impactassem de forma significativa as demonstrações financeiras da Companhia. Entre as normas que tiveram modificações e que tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 estão: • CPC 33/IAS 19 - Benefícios a empregados; • Revisão de Pronunciamentos Técnicos no. 06: que trata da revisão do CPC 15 (Combinação de Negócios); CPC 46 (Mensuração ao Valor Justo); CPC 05 (Partes relacionadas); CPC 22 (Informações por segmento). **2.2 Consolidação** - Em 7 de janeiro de 2015, a Companhia realizou a incorporação da empresa Locavel Locadora de Veículos Ltda. com a finalidade de otimizar processos operacionais, conforme descrito na nota explicativa 1. A partir desta data, a Companhia passou a detê-los sob uma controladora, a Agile Car Ltda. ("Agile") e a demonstrar a atividade da Agile, bem como a materialização da incorporação, a Companhia optou por não realizar a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. Abaixo seguem as principais informações financeiras da Agile:

31/12/2015	Participação	Total dos ativos	Total dos passivos	Total do PL
Agile Car Ltda.	99,999%	12	65	(53)

**2.3 Apresentação de informações por segmentos** - Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolva atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Os segmentos operacionais são definidos de acordo com a administração avalia o desempenho do negócio e acordo de acordo com a disponibilidade de informações financeiras individualizadas. A administração considera que as operações da Companhia e suas controladas com o único segmento operacional identificável, tendo em vista que a renovação da frota é inerente ao processo de locação de veículos, e que, na forma como o negócio da Companhia é estruturado, uma atividade não é separável da outra.

**2.4 Conversão de moeda estrangeira - a. Moeda funcional e moeda de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos são apresentados na demonstração do resultado da receita ou despesa financeira. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos, financiamentos e debêntures", no passivo circulante. **2.6 Ativos e passivos financeiros - 2.6.1 Classificação** - A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto quando indicado de outra forma.

**2.6.2 Reconhecimento e mensuração** - Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo valor justo, usando o método da taxa efetiva de juros, a menos que sejam parte de um contrato de derivativo de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros apresentados na demonstração do resultado em "(Despesas) Receitas financeiras, líquidas". **2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.6.4 Impairment de ativos financeiros - Ativos mensurados ao custo amortizado** - A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se, após a avaliação, a Companhia identificar um evento ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e a aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento disponível em um preço de mercado observável. Se, num período, o valor da perda por impairment diminuir ou a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento específico após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge** - Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos derivativos como: • hedge do valor justo de ativos ou passivos de instrumentos financeiros; • hedge de fluxo de caixa; • hedge de taxa de juros; • hedge de taxa de câmbio; • hedge de taxa de câmbio associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 16. **a. Hedge de valor justo** - As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração de resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "(Despesas) Receitas financeiras, líquidas". As variações no valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo a parcela não efetiva, são registradas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado como resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado em "(Despesas) Receitas financeiras, líquidas". **c. Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado** - Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilidade de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "(Despesas) Receitas financeiras, líquidas". **2.8 Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de carros para desativação para renovação de frota ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou impairment). **2.9 Carros em desativação para renovação de frota** - Os "carros em desativação para renovação de frota" são reconhecidos pelo valor residual quando da transferência da conta de imobilizado para a conta de "carros em desativação para renovação de frota". O saldo destes carros é apresentado pelo seu valor de custo, ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os veículos após término de contrato de locação são reclassificados para a conta de "carros em desativação para renovação de frota" e passam a ser destinados para venda (atividade acessória à operação da Companhia). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado de veículo, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.10 Imobilizado - 2.10.1 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. **2.10.2 Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. Valor residual de um ativo é o valor que a Companhia obterá com a venda do ativo após deduzir as despesas de vendas. A depreciação é reconhecida no resultado, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo para o bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

Veículos	2-5 anos
Acessórios para veículos	2-5 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **2.11 Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos financeiros não têm saldos ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **2.12 Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Alguns fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Locamerica. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de créditos por fornecedores", haja vista que o título será pago à instituição financeira e não mais ao fornecedor. A Companhia também adota a prática contábil de classificação destas operações como fluxos de caixa operacionais.

**2.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures** - Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de deferir a liquidação, por meio, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.14 Provisões** - As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que os efeitos de impostos sobre itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia

nas aplicações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados e separados, e não pelo líquido. **2.16 Benefícios a empregados - a. Remuneração com base em ações** - A Companhia opera uma série de planos de remuneração com base em ações, líquidos com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. **b. Participação nos lucros** - A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado a quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation). **2.17 Capital social e demais contas do patrimônio líquido - a. Capital social** - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de quaisquer efeitos tributários. **b. Ações em tesouraria** - Quando a Companhia realiza a recompra de suas próprias ações, o valor da remuneração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. **c. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio** - A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. **2.18 Reconhecimento de receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. **a. Receita de locação de veículos** - A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de aluguel de frota são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel.

**b. Receita da venda de veículos** - A receita líquida da venda de bens (veículos) é uma atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados a e possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas. **c. Receitas Financeiras** - As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras investidas e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. **2.19 Arrendamentos** - A Companhia arrenda certos bens do imobilizado (principalmente "veículos"). Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela justa do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo. **2.20 Reclassificação de valores correspondentes** - Para melhor apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia reclassificou, nas demonstrações de resultados de 31 de dezembro de 2014 (controladora), da rubrica de despesas administrativas para despesas de vendas o saldo de despesas com funcionários alocados na área de vendas. Adicionalmente, nas demonstrações dos fluxos de caixa foi reclassificado os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais de atividades operacionais para atividades de financiamentos, bem como foram reclassificadas as operações de cessão de créditos por fornecedores, também para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

**2.21 Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor** - As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor na data do exercício de 2015: A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **IFRS 16** - "Leasing" (Leases) - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para contabilizar o leasing operacional. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. **IFRS 15** - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. **IFRS 9** - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abrange as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

**3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas a seguir: **a. Valor residual de veículos** - O cálculo do valor residual dos veículos (valor justo depois de sua vida útil menos a despesa de venda) leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, consequentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos.

**4 Determinação do valor justo** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizados nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas a respeito do ativo ou passivo. Maiores informações, vide nota explicativa 18. **(i) Contas a receber e outros créditos** - O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado no reconhecimento inicial e ajustado pelos efeitos do valor presente de fluxos de caixa futuros. **(ii) Derivativos** - O valor justo de contratos de opção de swap de taxas de juros e de swap de taxa cambial é baseado nas cotações de bancos. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade da Companhia e contraparte quando apropriado. As operações de Swap, quando contratadas, possuem caráter exclusivamente de proteção. **(iii) Passivos financeiros não derivativos** - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseado-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes. **(iv) Transações de pagamento baseado em ações** - O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes. Este modelo leva em consideração as variações de mensuração que incluem valor justo na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada baseada no valor das ações de nossos concorrentes, a vida média ponderada dos instrumentos, dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos) e total de ações do capital social. Condições de serviço e condições de desempenho fora do mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo. O valor justo das opções outorgadas aos diretores e principais gerentes executivos da Companhia é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado,

durante o período no qual o benefício é adquirido conforme pré-requisitos específicos. A administração da Companhia revisa as estimativas quanto a quantidade de opções nas datas dos balanços, cujo os direitos devem ser reconhecidos com base nas condições pré-definidas no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido quando aplicável.

**5 Informações por segmento** A administração da Companhia definiu o segmento de locação de veículos como o único segmento operacional, baseado-se nos relatórios utilizados pelo Conselho de Administração para a tomada de decisões estratégicas. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. O negócio da Companhia é locação de veículos. Como parte de seu programa de renovação de veículos, a Companhia aliena seus carros desativados ao término do contrato celebrado com o cliente, por meio de revendedores e de pontos de venda direta para consumidores finais em sua maioria no segmento de atacado.

**6 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	547	4.465
Aplicações financeiras	121.232	162.835
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>121.779</b>	<b>167.300</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário e aplicações com Compromisso de Revenda, com remuneração entre 97,5% e 101,3% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2015. Essas aplicações estão concentradas em bancos de 1ª Linha, classificadas pelas principais agências de rating. Nos montantes apresentados para aplicações financeiras há saldos referentes a partes relacionadas conforme demonstrado na nota explicativa 19. Na data de apresentação das demonstrações financeiras não existiam diferenças entre o valor contábil de caixa e equivalentes de caixa e o valor justo. O cálculo de valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. **6. Títulos e valores mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários no montante de R\$156.411 (R\$35.306 em 31/12/2014) compreendem aplicações financeiras com remuneração entre 97,5% e 101,3% CDI, que em seu montante foram dadas em garantia para constituição de um fundo de amortização de debêntures, conforme nota explicativa 15. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 17.

**7 Contas a receber de clientes**

	31/12/2015	31/12/2014
Locação de veículos	118.047	106.509
Veículos alienados	50.616	37.328
Subtotal	168.663	143.837
(-) Ajuste a valor presente	(144)	(573)
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(40.442)	(18.226)
<b>Total</b>	<b>128.077</b>	<b>125.089</b>
Circulante	121.724	118.177
Não circulante	6.353	6.861

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa 17. A Companhia possui saldos dados em garantias de empréstimos conforme nota explicativa 15. Premissas utilizadas pela Administração para cálculo do ajuste a valor presente: **•** A Companhia utilizou a taxa de juros de 19,07% a.a., que representa a curva de juros esperada para o prazo médio de vencimento do contas a receber não circulante, acrescido do spread de custo da dívida, aplicado sobre os montantes estimados de fluxos de caixa contratuais recebíveis de longo prazo. **•** A Companhia ponderou como fatores de risco a possibilidade de aumento das taxas de juros internos. **•** A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento, conforme demonstrado abaixo:

Faixa	31/12/2015	31/12/2014
<b>A vencer</b>	92.341	101.612
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	22.541	13.138
De 61 a 90 dias	4.977	1.834
De 91 a 180 dias	5.369	4.882
Acima de 181 dias	43.435	22.771
<b>Total</b>	<b>168.663</b>	<b>143.837</b>

Em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$35.880 encontra-se vencidas, mas não impaired (R\$23.999 em 31 de dezembro de 2014). Abaixo encontra-se disposto a movimentação da PCLD referente ao exercício de 2015:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	18.226
Montante de PDD incorporado da Locarvel	7.692
Constituição de PDD no exercício	14.524
<b>Saldo em 31 de dezembro 2015</b>	<b>40.442</b>

A despesa com a constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica de despesas de vendas nas demonstrações de resultados do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores são realizados contra a baixa definitiva do título. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis no nível individualizado e pelo total dos recebíveis por clientes. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico assim como o risco do cliente. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Em atendimento ao disposto no item 36(c) do CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação, a manutenção da adequada qualidade dos créditos da Companhia é assegurada através de nossas diretrizes comerciais direcionadas para a pulverização e diversificação de nossa carteira de clientes, com foco em segmentos previamente definidos. Efetuamos revisão periódica da capacidade financeira de nossos clientes em liquidar suas obrigações, bem como utilizamos práticas de análise de crédito anteriores à contratação. Para contratos relevantes, efetuamos análise de crédito específica.

**8 Carros em desativação para renovação da frota**

	31/12/2015	31/12/2014
Veículos	79.367	96.375
Ajuste a valor realizável	(427)	(566)
<b>Total</b>	<b>78.960</b>	<b>95.809</b>

A Companhia mantém práticas e procedimentos para analisar e comparar o valor contábil dos carros em desativação para renovação da frota com seu valor justo. Quando há incertezas quanto à realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para ajuste ao valor realizável líquido é constituída. A movimentação da provisão para ajuste ao valor realizável líquido dos carros em desativação para renovação da frota é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	566
Reversão da provisão	(139)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>427</b>

Não há ativos relacionados a carros em desativação para renovação de frota mantidas como garantia. Os carros mantidos como garantia estão divulgados na nota explicativa 11.

**9 Impostos fiscais diferidos** Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

**Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma**

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.490	1.938	-	-	3.490	1.938
Ajuste a valor presente	49	195	-	-	49	195
Impairment de ativos	145	192	-	-	145	192
Provisão para contingências	882	882	-	-	882	882
Instrumentos financeiros	1.724	753	-	-	1.724	753
<b>Stock Options</b>	853	788	-	-	853	788
Custo de captação de emissão de debêntures	-	(793)	-	(793)	-	(793)
Leasing						

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

**11 Imobilizado**  
**a. Movimentação do custo e depreciação**

	Carros	Outros imobilizados	Total
<b>Custo</b>			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>992.809</b>	<b>20.724</b>	<b>1.013.533</b>
Adições	509.888	2.695	512.583
Baixas	(9.730)	(357)	(10.087)
Transferência de carros em desativação para renovação da frota	(361.832)	-	(361.832)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.111.135</b>	<b>23.062</b>	<b>1.134.197</b>

**Movimentação da depreciação**

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(118.685)</b>	<b>(5.024)</b>	<b>(123.709)</b>
Depreciação no período	(95.036)	(1.439)	(96.475)
Baixa	2.464	155	2.619
Transferência de carros em desativação para renovação da frota	82.124	-	82.124
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(129.133)</b>	<b>(6.308)</b>	<b>(135.441)</b>

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>874.124</b>	<b>15.700</b>	<b>889.824</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>982.002</b>	<b>16.754</b>	<b>998.756</b>

**Garantias** - Em 31 de dezembro de 2015, veículos com o valor de R\$128.442 (R\$217.068 em 31 de dezembro de 2014) estão sujeitas a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil em andamento, conforme referenciadas na nota explicativa 15.

	31/12/2015	%	31/12/2014	%
Veículos frota- imobilizado	982.002		874.124	
Carros em desativação para renovação da frota	78.960	100	95.809	100
<b>Total</b>	<b>1.060.962</b>		<b>969.933</b>	
Frota em garantia	128.442	12	217.068	22

**Conciliação da depreciação e amortização para fins de elaboração do fluxo de caixa e Demonstrações de Resultados. (Incluindo o subgrupo Intangível)**

	2015	2014
Depreciação	96.474	82.121
Amortização	1.974	1.933
	98.448	84.054

**12 Intangível**

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Software</b>		
Custo	11.720	10.733
Amortização	(7.458)	(5.557)
	4.262	5.176

	2015	2014
Depreciação	96.474	82.121
Amortização	1.974	1.933
	98.448	84.054

O período de amortização dos softwares e de marcas e patentes é de 5 anos.

**13 Fornecedores**

	31/12/2015	31/12/2014
Montadoras	92.006	62.194
Outros	9.274	1.242
	<b>101.280</b>	<b>63.436</b>

**14 Cessão de créditos por fornecedores**

A Companhia tem por parte estratégica de sua operação a realização de grandes volumes de aquisições de veículos junto as montadoras, de forma a obter melhores condições financeiras. Essas compras são negociadas com prazos de pagamento favoráveis à Companhia, porém inferiores a 6 meses. Os fornecedores da Companhia, por sua vez, descontam os títulos junto a instituições financeiras de primeira linha através de uma operação de cessões de crédito, a qual consiste, basicamente, na venda desses recebíveis, sem direito de regresso. Desta forma, os títulos deixam de serem pagos aos fornecedores e passam a ser pagos às instituições financeiras, as quais levam em consideração o risco de crédito da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015 as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto as instituições financeiras no mercado interno ficaram entre 1,15% a 1,38% ao mês dos valores destas operações. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015, os saldos referentes a estas operações correspondem a R\$159.826 (Em 31 de dezembro de 2014 R\$ 78.761).

	31/12/2015	31/12/2014
Cessão de crédito por fornecedores	159.826	78.761
	<b>159.826</b>	<b>78.761</b>

Abaixo encontra-se a estratificação, por mês de vencimento, destes valores em 31 de dezembro de 2015:

	31/12/2015
De 1 a 30 dias	83.283
De 31 a 60 dias	14.670
Acima de 60 dias	61.873
<b>Total</b>	<b>159.826</b>

A Companhia classificou essas operações nas demonstrações dos fluxos de caixa operacionais.

**15 Empréstimos, financiamentos e debêntures**

	2015	2014
Finame	12.562	22.309
Leasing	4.662	-
Capital de giro	-	22
1ª Emissão de debêntures (a)	127.678	1.723
5ª Emissão de debêntures (a)	35.671	475
7ª Emissão de debêntures (a)	10.005	152
8ª Emissão de debêntures (a)	15.349	3.563
9ª Emissão de debêntures (a)	14.646	9.048
10ª Emissão de debêntures (a)	7.031	-
Swap Pré (b)	-	577
	<b>227.604</b>	<b>37.869</b>

	2015	2014
Finame	58.720	66.420
Leasing	10.058	-
Capital de Giro	-	60.000
1ª Emissão de debêntures (a)	-	125.000
5ª Emissão de debêntures (a)	-	35.000
7ª Emissão de debêntures (a)	89.393	99.052
8ª Emissão de debêntures (a)	214.283	225.000
9ª Emissão de debêntures (a)	228.142	230.000
10ª Emissão de debêntures (a)	98.240	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>698.836</b>	<b>840.472</b>
<b>Total</b>	<b>926.440</b>	<b>878.341</b>

O valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures não diferem significativamente dos seus respectivos saldos contábeis. Informações sobre exposição ao risco de taxa, variação cambial e liquidez estão apresentadas na nota explicativa 17. Em 31 de dezembro de 2015, os empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Modalidade	Vencimentos				
	2016	2017	2018	2019 a 2025	Total
Finame	12.562	12.415	8.556	37.749	71.282
Leasing	4.662	5.326	4.732	-	14.720
1ª Emissão de debêntures	127.678	-	-	-	127.678
5ª Emissão de debêntures	35.671	-	-	-	35.671
7ª Emissão de debêntures	10.005	14.913	24.827	49.653	99.398
8ª Emissão de debêntures	15.349	139.842	24.828	49.613	229.632
9ª Emissão de debêntures	14.646	-	75.889	152.253	242.788
10ª Emissão de debêntures	7.031	28.286	28.001	41.953	105.271
<b>Total</b>	<b>227.604</b>	<b>200.782</b>	<b>166.833</b>	<b>331.221</b>	<b>926.440</b>

Os valores contábeis dos empréstimos da Companhia são denominados nas seguintes moedas:

Modalidade	Moeda contratada	Taxa (%)	Ano de venc.	31/12/2015	31/12/2014
Finame e outros	R\$	2,50% a 6,00% a.a.	2024	71.282	77.405
	R\$	16,33% a 20,53% a.a.	2018	14.720	-
Capital de Giro	USD\$	VC + 2,46% a.a.	2017	-	71.347
1ª Emissão de debêntures	R\$	CDI + 4,50% a.a.	2016	127.678	126.723
5ª Emissão de debêntures	R\$	CDI + 3,00% a.a.	2016	35.671	35.475
7ª Emissão de debêntures	R\$	CDI + 1,74% a.a.	2020	99.398	99.203
8ª Emissão de debêntures	R\$	CDI + 1,72% a.a.	2020	229.632	228.563
9ª Emissão de debêntures	R\$	CDI + 1,70% a.a.	2020	242.788	239.048
10ª Emissão de debêntures	R\$	CDI + 2,50% a.a.	2020	105.271	-
Swap Pré	R\$	swap - CDI p tx. pré	2015	-	577
				<b>926.440</b>	<b>878.341</b>

**a. Debêntures** - Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui seis emissões de debêntures a vencer, todas não conversíveis em ações. **Garantias contratuais** - Em cumprimento das obrigações relativas às debêntures, a Companhia proveu as seguintes garantias: **a.** Títulos e valores mobiliários, conforme nota explicativa 6(b); **b.** Direitos decorrentes de contratos de locação celebrados com clientes da Companhia, representando 23% da rubrica de contas a receber, conforme nota explicativa 7; **c.** Garantia de veículos, conforme nota explicativa 11. **Cláusulas contratuais de vencimentos antecipados ("covenants")** - As emissões possuem certas hipóteses de vencimento antecipado dentre as quais contemplam: • Descumprimento de obrigações pecuniárias, não sanadas no prazo de 2 dias úteis; • Questões relacionadas à inadimplência parcial ou total; • Alienação total ou parcial de veículos que constem na relação de contratos dados em cessão de Direitos creditórios sem sua devida substituição. Adicionalmente, determinados índices financeiros são pré-requisitos para não antecipação das debêntures. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia alcançou integralmente todos as seguintes cláusulas de covenants contratuais: **a.** Dívida Líquida (2) / EBITDA (1): igual ou inferior a 3,25; **b.** EBITDA (1) Desp. Financeira líquida: igual ou superior a 1,75; **c.** Dívida Líquida (2) / Patrimônio Líquido: igual ou inferior a 3,50; **d.** Dívida Líquida (2) Valor contábil da frota (4): igual ou inferior a 80%. Custo de captação de debêntures. Os custos de transações incorridas na emissão das debêntures, ainda não apropriados ao resultado da Companhia são apresentados reduzindo o saldo do passivo e apropriados aos resultados pelo método da taxa efetiva de juros. Os valores emitidos líquidos do custo de transação, por debêntures, são assim demonstrados:

	31/12/2015
Valor líquido captado	125.000
1ª Emissão de debêntures	(3.462)
Custo de transação	(2.538)
Valor líquido captado	<b>121.538</b>

	2015	2014
Taxa efetiva de juros CDI + 4,5% a.a.	1.626.543	1.153.488
5ª Emissão de debêntures	261.128	143.033
Custo de transação	(1.887.671)	(1.296.521)
Valor líquido captado	<b>34.463</b>	<b>35.000</b>

	2015	2014
Taxa efetiva de juros CDI + 3,0% a.a.	1.626.543	1.153.488
7ª Emissão de debêntures	261.128	143.033
Custo de transação	(1.887.671)	(1.296.521)
Valor líquido captado	<b>34.463</b>	<b>35.000</b>

	2015	2014
Taxa efetiva de juros CDI + 1,72% a.a.	1.626.543	1.153.488
8ª Emissão de debêntures	261.128	143.033
Custo de transação	(1.887.671)	(1.296.521)
Valor líquido captado	<b>34.463</b>	<b>35.000</b>

	2015	2014
Taxa efetiva de juros CDI + 1,70% a.a.	1.626.543	1.153.488
9ª Emissão de debêntures	261.128	143.033
Custo de transação	(1.887.671)	(1.296.521)
Valor líquido captado	<b>34.463</b>	<b>35.000</b>

	2015	2014
Taxa efetiva de juros CDI + 2,5% a.a.	1.626.543	1.153.488
10ª Emissão de debêntures	261.128	143.033
Custo de transação	(1.887.671)	(1.296.521)
Valor líquido captado	<b>34.463</b>	<b>35.000</b>

Do total dos custos de transações ocorridas na emissão das debêntures acima relacionadas, R\$2.277 foram apropriados ao resultado do período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2015, (R\$1.987 em 31 de dezembro de 2014). O saldo remanescente será apropriado a proporção:

Ano de 2016	1.929
Ano de 2017	1.507
Ano de 2018 em diante	3.434

**16 Depósitos Judiciais e provisão para contingências**

A Companhia constitui provisões para as ações cuja expectativa de perda foi considerada provável e que existe uma obrigação presente na data do balanço. A provisão de R\$ 128, se refere a saldo incorporado da empresa Locarvel. As movimentações das provisões estão demonstradas abaixo:

	Cíveis e Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.327	140	2.467
Provisões registradas durante o período	128	-	128
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.455</b>	<b>140</b>	<b>2.595</b>

**Depósitos judiciais** - A Companhia possui depósitos judiciais na esfera trabalhista, cível e tributária, registrados no valor de R\$8.699 em 31 de dezembro de 2015 (R\$7.149 em 31 de dezembro de 2014). **Contingências** - A Companhia possui diversos processos, em 31 de dezembro de 2015, no montante total estimado de R\$16.050 (R\$8.763 tributário), cuja opinião dos advogados é que o risco de perda é possível e a perda não há nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2014, R\$1.125 (R\$ 814 tributário). De montante total dos processos tributários com estimativa de perda possível, R\$6.575 (R\$ 5.765 em 31 de dezembro de 2014) correspondem a questionamentos do Estado de São Paulo em razão da Lei Estadual 13.296/2008 (IPVA). Os demais processos citados como causa possível são em sua maioria de natureza trabalhista.

**17 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**

**Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e recebíveis.

**Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado** - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Foram considerados nessa categoria os saldos de swap de taxa de juros, títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa, que abrangem saldos de investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os equivalentes de caixa estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução no valor recuperável. Os custos de transação são reconhecidos inicialmente pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e de taxa variável de juros. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge, nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). A Companhia designa certos derivativos como: **(i) Hedge de valor justo** - A estrutura de hedge consiste na cobertura da exposição as alterações no valor justo, que possam afetar o resultado, referente ao risco de variação cambial da dívida e juros, objeto de designação desse hedge accounting. As alterações no valor justo referente ao risco cambial da dívida e juros foram protegidas por meio da contratação de uma operação de Swap (Instrumento de hedge). O derivativo swap tem por função trocar o fluxo da dívida inicialmente contratado em variação cambial acrescida de juros por percentual do DI (100%) + Pré-fixado de 50%, desta forma o objetivo final dessa estrutura é ter uma dívida que resulte em 100% da taxa DI + Spread de 1,50%. **(ii) Hedge de fluxo de caixa** - A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos que são designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida nos outros resultados abrangentes (Ajuste de avaliação patrimonial). São imediatamente reconhecidos no resultado o ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva ou quando a operação prevista não possui mais a expectativa de ocorrer. São classificadas como hedge de fluxo de caixa as operações da Companhia contratadas para a troca da variação do CDI (100%) por uma taxa pré-fixada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contratou, com caráter exclusivo de proteção, vinte e quatro operações de swaps (24 e 36 meses), no valor de R\$291.859, que trocam a variação do CDI por taxa pré fixada, e somadas às operações contratadas em períodos anteriores cobrem R\$565.074 em operações. Na determinação do valor justo do swap foram utilizados preços de mercado ativo, para instrumentos financeiros idênticos, segragamos os instrumentos para demonstrar o efeito ativo e passivo de cada grupo de instrumentos, sendo demonstrado como segue:

	2015	2014		
Operações (meses)	Juros Ativo Passivo	Ativo Passivo Resultado	Ativo Passivo Resultado	
CDI X	12 e 24	100% 11,65% a	-	-
Taxa pré	meses semestrais	CDI 16,15% 595.290 592.226	3.064 27.152 (16.287)	10.865

**Instrumentos Financeiros Derivativos**

	2015	2014
Prêmio instrumento financeiro de fluxo de caixa	13.928	3.495
Prêmio instrumentos financeiros derivativos	282	-
<b>Total de instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>14.210</b>	<b>3.495</b>

Foi registrado como outros resultados abrangentes o efeito do hedge de fluxo de caixa no quarto trimestre de 2015 no montante de (R\$128) saindo dos R\$7.498 registrados no terceiro trimestre de 2015 para os atuais R\$7.370 em 31 de dezembro de 2015.

	Taxas	Accrual	MTM	
Período	Juros Ativo Passivo	Ativo Passivo Resultado	Ativo Passivo Resultado	
Operações (meses)	CDI X	12 e 24	100% 11,65% a	-
Taxa pré	meses semestrais	CDI 16,15% 595.290 592.226	3.064 27.152 (16.287)	10.865

**Instrumentos**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) - A Companhia não efetuou nenhuma operação com a controlada Agil Car Locações Ltda. e seus clientes. • **Locarvel Locadora de Veículos Ltda.** - (a) - (i) conforme nota explicativa 10 em 07 de janeiro de 2015 a Locarvel foi incorporada pela Locamerica. • **SLR Comercio de Veiculos Ltda.** - (b) - Mantém operação de compra e venda de veículos. • **Barão Motors Ltda.** - (b) - Mantém operação de compra e venda de veículos. • **Via Jap Comercio de Veiculos Ltda.** - (b) - Mantém operação de compra e venda de veículos. • **Banco Votorantim S.A. (c)** - Mantém operação de aplicação financeira no montante de R\$ 30.091 em 31 de dezembro de 2015 e (R\$ 47.273 em 31 de dezembro de 2014), e empréstimo na modalidade Fime no montante de R\$ 1.272 em 31 de dezembro de 2015 e (R\$ 1.882 em 31 de dezembro de 2014). • Os acionistas controladores alienaram fiduciariamente 11.191.912 ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade, mediante operações sucessivas, que em conjunto, totalizaram a aproximadamente 17,20% do capital social da Companhia ("Ações Alienadas Fiduciariamente"). As Ações Alienadas Fiduciariamente têm por objetivo garantir operações financeiras efetuadas pelos Acionistas Controladores e/ou por sociedades por eles detidas, não objetiva alterar o controle acionário ou a estrutura administrativa da Companhia, e não impacta o exercício dos direitos políticos e econômicos das Ações Alienadas Fiduciariamente pelos Acionistas Controladores, salvo no caso de excussão das Ações Alienadas Fiduciariamente em decorrência de eventual inadimplemento das obrigações por elas garantidas. Os saldos existentes na data são apresentados conforme a seguir:

	Saldo em aberto em	
	2015	2014
Outras contas a receber	302	20
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	30.091	47.273
Outras contas a pagar	-	(2.447)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (passivo)	(1.272)	(1.882)
Efeito no resultado	4.991	3.018

Os termos e condições das transações com partes relacionadas, não foram mais favoráveis que aquelas disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em termos de mercado, para transações semelhantes com entidades relacionadas ao pessoal não chave da administração. Os saldos pendentes com estas partes relacionadas são avaliados com base em termos do mercado e devem ser liquidados dentro de doze meses da data do relatório. Nenhum dos saldos detém garantias. No período não houve operações nem saldos pendentes com a Companhia.

**20 Patrimônio líquido**

**a. Capital social** - Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$299.279, equivalente a 65.075 mil ações ordinárias nominativas sem valor nominal (Em 31 de dezembro de 2014 R\$299.279, equivalente a 65.075 mil ações ordinárias). A participação dos acionistas no capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, é assim demonstrada:

	Em 31/12/2015 e 31/12/2014	
	Ações	%
Acionistas		
Luis Fernando Memoria Porto	15.292.922	23,50
Sergio Augusto Guerra de Resende	15.292.920	23,50
Free Float (*)	33.096.180	50,86
<b>Total ações em circulação</b>	<b>63.682.022</b>	<b>97,86</b>
Ações em tesouraria	1.393.300	2,14
<b>Total</b>	<b>65.075.322</b>	<b>100</b>

(\*) Refere-se às ações negociadas na Bolsa de Valores (BM&F BOVESPA)

**Recupera de ações** - Em 13 de junho de 2014, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada naquela data, aprovou o "Primeiro Programa de Recupera de Ações", autorizando a Diretoria da Companhia a adquirir ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação, sem redução do capital social, visando atender o eventual exercício de opções de compra de ações no âmbito dos Planos e Programas de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia. Poderiam ser adquiridas até 3.448.948 ações, correspondentes a 10% do total de ações em circulação no mercado. Até 31 de dezembro de 2015, com o encerramento do programa, foram adquiridas 1.393.300 ações junto a BM&F Bovespa a um custo total de R\$5.906, perfazendo um custo médio de aquisição de R\$4,24 por ação. **Alienação Fiduciária** - Em 16 de junho de 2014, a Companhia anunciou ao mercado, que seus acionistas controladores diretos, Srs. Luis Fernando Memoria Porto e Sérgio Augusto Guerra de Resende (em conjunto, "Acionistas Controladores"), deram em garantia (por meio de alienação fiduciária) 9.312.500 (nove milhões trezentos e doze mil e quinhentas) de ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade. Em 31 de dezembro de 2015 o montante era de 11.191.912 ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade, mediante operações sucessivas, que em conjunto, totalizaram a aproximadamente 17,20% do capital social da Companhia ("Ações"). As Ações Alienadas Fiduciariamente não alteram o controle acionário ou estrutura administrativa, não detêm bônus de subscrição direitos de subscrição de ações, opções de compra de ações e debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia, não impactam o exercício dos direitos políticos e econômicos das Ações Alienadas Fiduciariamente, pelos Acionistas Controladores, salvo no caso de excussão das Ações Alienadas em decorrência de eventual inadimplemento das obrigações por elas garantidas. **b. Gastos com emissão de ações** - As despesas da Oferta Pública de Distribuição de Valores Mobiliários foram contabilizadas no Patrimônio Líquido. Segue abaixo o resumo

dos valores envolvidos na operação:

	Valor	%
Gastos com emissões de ações	7.525	50
Comissões		
Outros (Em sua maioria honorários profissionais, taxas de registro, Road-Show e publicações Legais)	7.513	50
<b>Total</b>	<b>15.038</b>	<b>100</b>

**c. Reserva de capital** - O saldo de R\$4.505 em reserva de capital se refere a ação na subscrição de ações preferenciais em 2010. O saldo de R\$2.509 refere-se a capital adicional referente a opções de ações outorgadas. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015 o montante reconhecido foi de R\$271 e em 2014 foi reconhecido o montante de R\$582 de capital adicional referente ao valor justo dos contratos de outorgas do programa de opção de compra de ações (liquídavel em títulos patrimoniais).

**Reserva de lucros** - • **Reserva legal** - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social nos termos do art. 193 da lei 6.404/76. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. • **Reserva de investimentos** - A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, destinada à aplicação em investimentos, revisão orçamentária 2015 e manutenção do capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, o montante de reserva de investimentos é de R\$31.088 (Em 31 de dezembro de 2014- R\$19.501). Em 30 de abril de 2015, por proposta da Administração, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO) por reforçar a reserva de investimentos com a inclusão de R\$5.888 referentes ao montante provisionado de dividendos mínimos obrigatórios no balanço de 31 de dezembro de 2014. **d. Dividendos** - Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO). **Juros sobre capital próprio** - A Administração da Companhia aprovou, em reunião de Conselho de Administração, no exercício de 2015, a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), de R\$10.711 (Em 31 de dezembro de 2014- R\$8.566), líquido de imposto de renda retido na fonte, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Abaixo encontra-se disposto a data de aprovação e valores de cada uma das distribuições de "juros sobre capital próprio" aprovadas pelo Conselho de Administração:

Data da aprovação	Valor Bruto	Valor líquido	Valor por ação (em R\$)	Data da posição acionária
23/03/2015	4.074	3.653	0,05735908	24/03/2015
24/06/2015	4.592	4.121	0,06471608	24/06/2015
21/09/2015	3.268	2.937	0,04611546	22/09/2015
<b>Total</b>	<b>11.934</b>	<b>10.711</b>		

**e. Pagamentos baseado em ações**

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui os seguintes acordos de pagamentos baseados em ações: **Programa de opção de compra de ações (liquídavel em títulos patrimoniais)** - Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 21 de dezembro de 2010, a criação do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações, subsequentemente denominado "Plano de Opção I" (ou "Plano I") e alterado em função da quantidade total de ações e desdobramento de ações pelas Assembleias Gerais Extraordinárias de 23 de fevereiro de 2012 e 30 de março de 2012, respectivamente. Em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 23 de fevereiro de 2012, foi aprovada a criação do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção II" ou "Plano II"), aditado, em função de desdobramento e limite do número total de ações, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2012, 02 de abril de 2012 e 01 de novembro de 2012. O Plano de Opção II foi subdividido em quatro programas, nos quais foram estabelecidas as condições gerais para outorgas de opções de compra de ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, por meio da reunião de nosso Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2013 foi instituído, no âmbito do mencionado Plano II, o Quarto Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia ("Programa de Opção IV"). Os planos de outorga de opção de compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, foram firmados nos termos do artigo 168, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e abrangem beneficiários a serem indicados pelo nosso Conselho de Administração e têm como objetivo incentivar e reter profissionais considerados estratégicos e alinhados aos objetivos da Companhia. As opções outorgadas têm limite máximo de 3% das ações do capital social. O exercício das opções pelo Beneficiário está condicionado a permanência obrigatória e ininterrupta na Companhia na qualidade de empregado ou de administrador, desde a data de celebração do contrato de outorga até o cumprimento de cada período de carência (*vesting*). O Preço de Exercício poderá ser pago pelo Beneficiário, à vista, em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de ciência da Companhia do Exercício da Opção. A rescisão do contrato de opções, será automática, caso o beneficiário deixe de manter vínculo empregatício ou estatutário com a Companhia ou na hipótese de não ocorrência de uma das condições de exercício no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura do contrato de opção ou, ainda, após o exercício de todas as opções de compra de ações, o que ocorrer primeiro. Os serviços recebidos dos beneficiários durante o período são reconhecidos como despesas independentemente de as condições (*vesting*) de não aquisição de direito terem sido satisfeitas. Em 31 de dezembro de 2015 era de 1.527.736 (31 de dezembro de 2014 era de 1.492.319) o volume total de opções outorgadas e não exercidas equivalentes a 1,75% e 2,29% do total de ações do nosso capital naquelas datas respectivamente. Detalhamos abaixo as condições das opções outorgadas pela Companhia até 31 de dezembro de 2015:

Data da outorga	31/12/2015									
	23/12/2010	19/01/2011	25/05/2011	23/02/2012	23/02/12	01/11/12	23/09/15	01/11/12		
	Plano I	Plano I	Plano I	Plano I	Programa I	Programa II	Programa III	Programa IV		
Período do exercício	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	1 ano	
Data final do bloqueio das opções	30/05/2016	30/05/2016	30/05/2016	30/05/2016	30/05/2016	30/05/2014	01/11/2016	31/12/2019	13/08/2014	
Volatilidade (% a.a.)	34,99	35,39	35,88	35,88	35,88	35,88	35,88	35,88	15,33	
Taxa de juros (% a.a.)	5,81%	6,17%	6,23%	6,07%	4,73%	4,25%	4,25%	4,25%	4,25%	
Quantidade de opções em circulação- início do plano	519.404	169.288	359.828	243.620	467.847	91.970	220.000	400.000	68.500	
Quantidade de opções prescritas em decorrência de saída de funcionário	228.153	8.464	234.827	91.470	187.139	-	154.000	400.000	-	
Quantidade de opções prescritas em decorrência de não exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Quantidade de opções exercidas	51.939	-	56.730	-	-	-	-	-	-	
Quantidade de opções "vested" e "não vested" não exercidas em circulação:	239.312	160.828	68.271	152.150	280.708	91.970	66.000	400.000	68.500	
<b>Dados do cálculo do valor justo da opção:</b>										
Preço de exercício em 31/12/2015	3,03	3,03	3,03	3,4	3,4	3,4	7,28	1,37	8,27	
Preço da ação na data da outorga	3,45	3,45	3,45	3,45	3,45	3,45	7,28	8,27	8,27	
Valor da opção (**)**	2,73	2,77	2,74	2,75	1,59	1,12	6,85	3,00	5,03	
Valor intrínseco em R\$1,00 por ação (**)	0,3	0,26	0,29	0,65	1,81	2,28	0,43		3,24	

(\*) Cálculo considerando o modelo Black-Scholes.

(\*\*) O preço do exercício para cada ação será equivalente ao valor médio da cotação de fechamento diário de negociação da ação na BM&FBOVESPA nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à data de celebração do respectivo Contrato de Outorga de Opções, podendo tal valor médio vir a ser reduzido em até 20% a título de deságio, a contar da data de assinatura do Contrato de Outorga de Opções, pela variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") ou, em caso de extinção do IGP-M, pelo índice nacional que reflita a inflação do período, conforme aplicado pela Administração pública Federal ("Preço do Exercício"). Valor intrínseco é a diferença entre o valor justo das ações que a contraparte tem o direito (condicional ou incondicional) de subscrever, ou de receber, e o preço (se houver) que a contraparte é (ou será) requerida a pagar por essas ações.

**f. Ajuste de avaliação Patrimonial** - A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2015, outros resultados abrangentes no valor de R\$ 4.864 (líquido de impostos) referente a operação de hedge.

**21 Receita operacional**

Abaixo apresentamos a reconciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas nas demonstrações de resultado (receita líquida) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	2015	2014
Receita Bruta	782.752	701.389
Descontos e Cancelamentos	(34.411)	(33.876)
Impostos sobre locação	(40.125)	(38.291)
<b>Receita operacional</b>	<b>708.216</b>	<b>629.222</b>

A composição da receita operacional líquida por categoria significativa é como segue:

	2015	2014
Locação de veículos	432.090	412.130
Venda de veículos	316.251	255.383
Impostos sobre locação	(40.125)	(38.291)
<b>Receita operacional</b>	<b>708.216</b>	<b>629.222</b>

A Companhia não possui sazonalidade que poderia ocasionar concentração de receitas em determinados meses.

**22 Custo de locação e venda de veículos**

	2015	2014
Custo dos veículos vendidos	(309.356)	(256.999)
Custos de manutenção	(133.165)	(132.006)
Custos com depreciação	(95.035)	(80.839)
Custo com pessoal	(17.485)	(18.286)
Recuperação de créditos PIS/COFINS associados aos custos	37.538	31.856
<b>Total</b>	<b>(517.503)</b>	<b>(456.274)</b>

**23 Despesas com vendas**

	2015	2014
Salários e encargos	(10.214)	(12.412)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.524)	(6.191)
Comissões	(1.858)	(1.733)
Aluguéis de imóveis e outros	(11.214)	(8.158)
<b>Total</b>	<b>(37.810)</b>	<b>(28.494)</b>

A Companhia possui contratos de aluguel de imóveis relacionados às lojas de atacado e varejo (Arrendamento Mercantil Operacional) utilizados em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

**24 Despesas administrativas e gerais**

	2015	2014
Despesas gerais	(9.427)	(13.196)
Despesas tributárias	(937)	(717)
Depreciação e amortização	(3.413)	(3.215)
Despesas com pessoal	(14.960)	(12.770)
<b>Total</b>	<b>(28.737)</b>	<b>(29.898)</b>

**25 Outras receitas operacionais**

	2015	2014
Reversão de provisão fiscal	139	823
Refis	-	4.362
Outros	5	12
<b>Total</b>	<b>144</b>	<b>5.197</b>

**26 Receitas financeiras e despesas financeiras**

	2015	2014
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros de clientes	1.369	2.926
Juros aplicações financeiras	26.642	14.427
Swap	-	47.923
Outras receitas financeiras	750	443
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>28.761</b>	<b>65.719</b>

**Despesas financeiras**

	2015	2014
Despesas bancárias	(3.188)	(5.501)
Juros sobre financiamentos	(121.040)	(90.381)
Swap	(935)	(45.856)
Outras despesas financeiras	(5.456)	(9.710)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(130.619)</b>	<b>(151.448)</b>
<b>Total de despesas financeiras líquidas</b>	<b>(101.858)</b>	<b>(85.729)</b>

A Companhia, no exercício de 2015, adotou a prática contábil de "hedge accounting", fazendo com que as variações dos instrumentos financeiros passassem a transitar em "outros resultados abrangentes" e apropriados ao resultado somente quando da sua respectiva realização. Veja maiores detalhes sobre os instrumentos financeiros na nota 17.

**27 Despesas com imposto de renda e contribuição social**

A Companhia calcula a provisão para imposto de renda e contribuição social com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis/dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não dedutíveis/ não tributáveis de forma permanente. As conciliações entre despesas nominal e efetiva para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão dispostas a seguir:

	Exercício findo em	
	31/12/2015	31/12/2014
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>22.452</b>	<b>31.006</b>
Adições (Exclusões) temporárias/permanentes:		
Juros sobre capital próprio	(11.934)	(8.876)
Diferença de base de cálculo entre contábil e fiscal - PCLD	4.564	5.300
Diferença de base de cálculo entre contábil e fiscal - Depreciação e valor residual	14.006	23.794
Outras adições (exclusões) temporárias/permanentes	1.597	(5.794)
<b>Base de cálculo antes da compensação de prejuízos fiscais/ base negativa</b>	<b>30.685</b>	<b>45.430</b>
Compensação de prejuízo fiscal/ base negativa	(9.206)	(13.629)
<b>Base de cálculo fiscal ajustada</b>	<b>21.479</b>	<b>31.801</b>
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(5.346)	(7.926)
Contribuição social (9%)	(1.933)	(2.862)
<b>Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais</b>	<b>7.279</b>	<b>(10.788)</b>
Incentivos fiscais	152	191
<b>Total de despesas de imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>(7.127)</b>	<b>(10.597)</b>
<b>Total de despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 9)</b>	<b>3.236</b>	<b>4.379</b>
<b>Despesas de imposto de renda e contribuição social do período</b>	<b>(3.891)</b>	<b>(6.218)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-17%</b>	<b>-20%</b>

**Lei nº 12.973/14** - Em 1º de janeiro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 12.973/14. A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

**28 Comprometimentos de capital**

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que compreendem apenas os pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme cronograma apresentado na nota explicativa 15.

**29 Resultados básico e diluído por ação**

**a. Resultado básico por ação** - O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Períodos findos em	
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	18.561	24.788
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	63.682	64.389
Lucro básico por ação - R\$	0,2915	0,3850

**b. Resultado diluído por ação** - O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Períodos findos em	